



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ORDEM SOCIAL MAIS JUSTA E DE RESPEITO AOS DIREITOS DO HOMEM

MENSAGEM DIRIGIDA À NAÇÃO, AO ENSEJO DO "DIA DO TRABALHO", LIDA PELO MINISTRO JARBAŞ PASSARINHO NA SEDE DO SINDICATO DOS PORTUÁRIOS, A 1º DE MAIO DE 1967, E TRANSMITIDA A TODO O PAÍS, ATRAVÉS DA REDE NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, COMANDADA PELA AGÊNCIA NACIONAL.

Este é um Primeiro de Maio com o novo sentido que a Revolução lhe emprestou, dignificando-o: nem demagogia, nem agitação, nem palavreado sonoro mas falso, nem a doutrinação dos mais pobres em nome do ódio de classes. Ao revés, esta é uma festa de confraternização entre o Capital e o Trabalho, e marca o diálogo do Governo com os trabalhadores do Brasil.

Ainda candidato, disse, dirigindo-me aos operários e lavradores: «Devo, inicialmente, consignar o meu profundo reconhecimento pela compreensão e apoio das classes trabalhadoras à tarefa geral de saneamento empreendida pela Revolução. Bem sei do espírito de abnegação das classes assalariadas, a quem coube a maior parcela de sacrifícios no ingente esforço de soerguimento nacional. O procedimento exemplar, a elevação de propósitos, a tolerância, a compreensão do grave momento nacional bem refletem a mentalidade da classe trabalhista. Por tudo isto, ufano-me em proclamar: tenho fé e confiança no trabalhador brasileiro. Acredito na sua capacidade, inteligência e devotamento. Espero, firmemente, corresponder à sua expectativa, aos seus anseios e reivindicações».

Destas praias — que testemunharam os albores da colonização do Brasil e, destarte, marcam-lhe o berço e materializam as vias de acesso por onde nossos avoengos, a pé enxuto, galgaram as cristas da Serra do Mar e edificaram este País portentoso — fiz questão de falar aos trabalhadores brasileiros, na data em que o consenso universal reverencia o mais nobre dos fatores de produção. Faço-o convencido de que, nestes poucos dias de Governo, não me afastei um só momento da pregação do candidato. Permaneço afirmando que os sindicatos livres são elementos de vanguarda, como entidades destinadas à defesa

e proteção dos direitos e reivindicações dos trabalhadores. Eles deverão de sempre merecer não somente o apoio como também o estímulo do meu governo, conforme afirmei no meu primeiro discurso à Nação.

Continuo fiel a essa declaração de Porto Alegre. Quero as representações de classe livres, autênticas, fortes, na dinâmica do processo democrático, mas urge ainda, em seu próprio benefício, defendê-las do assalto permanente dos agentes da luta de classes, que nelas se infiltram com o fito de transformá-las em instrumento dócil a serviço dos extremistas. O dever do Estado é proporcionar condições para o livre exercício do sindicalismo, ao mesmo passo em que o estimula a reagir contra os que dele querem aproveitar-se para outros fins. Em uma palavra, não quer o Governo usar os Sindicatos, mas é seu dever impedir que eles sejam usados pelos que pretendem a destruição do regime democrático.

Eleições recentes conduziram à composição atual do Congresso. Suas normas, boas que foram para a escolha da representação popular, devem servir para a seleção da representação sindical.

Em Minas Gerais, proclamei a íntima ligação que há entre a democracia política e a justiça social. «Por sua vez — disse eu — a justiça social não se traduz em termos abstratos e os seus conteúdos jurídicos resolvem-se, hoje em conteúdos econômicos».

Já falando aos meus correligionários da ARENA, na data da sua Convenção Nacional, afirmei que o «Governo devia continuar atento nos desdobramentos dos problemas salariais, procurando assegurar, além do salário mínimo real, um salário de produtividade, mantendo-se constantemente vigilante para que os direitos e as justas reivindicações dos que labutam nos campos e nas cidades não sejam sacrificados ostensiva ou astuciosamente».

Eis o momento de passar da palavra à ação. A Nação ainda reclama sacrifícios de seus filhos, na luta antiinflacionária, sempre penosa, que não pode frutificar em curto prazo quando, mercê de Deus, se mantêm as franquias individuais. O nosso objetivo firme é, porém, o de fazer com que o sacrifício se reparta proporcionalmente por todos os brasileiros e não se atribua apenas, ou em maior parte, aos assalariados.

Isto equivaleria a agravar, cada vez mais, o desnível já existente entre pobres e abastados. Aos fluminenses, durante minha campanha, falando sobre o papel do empresário, na sociedade moderna, lembrei a notável frase de John Kennedy: «se a Sociedade livre não ajudar os muitos que são pobres não poderá jamais salvar os poucos que são ricos».

Por isso mesmo, atentos às nossas responsabilidades na condução da luta contra a inflação, determinamos a adoção de medidas que aliviem as violentas tensões que se projetam, em verdadeira grandeza, na

capacidade aquisitiva dos trabalhadores, dos funcionários da União e dos militares, enfim, de todos os que vivem de vencimentos fixos. Aluguéis e imposto de renda com a nova política adotada em cada caso, são dois exemplos de nossa preocupação de socorrer os menos aquinhoados e abrandar-lhes as pressões sobre as bolsas minguadas. A exata aplicação da política salarial vigente, com a atualização do percentual do residuo inflacionário, a ser introduzido a partir do segundo semestre deste ano, é outro exemplo, em que se substitui o hipotético pela realidade, que aos teóricos sem perspectivas dos problemas do povo é defeso ignorar.

Longe da ação irresponsável de outrora, em que se agravava o processo inflacionário graças ao oportunismo que visava à compensação política, estamos certos de que, evitando que os assalariados sejam assaltados por uma política injusta, estamos estimulando a produtividade.

Sempre que me referi à Previdência Social, em Minas, no Rio Grande, em São Paulo, como candidato em minha pregação pelo Brasil, reclamei-lhe a Reforma administrativa, a reformulação do sistema, de sorte a torná-la mais humana, mais social e mais eficaz e a fazê-la presente nos campos, através de um plano de benefícios para os segurados rurícolas, condizente com as possibilidades da economia rural.

Os homens do campo, quase dois terços da população brasileira, são, entretanto, os mais desassistidos. A assistência ao rurícola será um objetivo permanente do meu governo. E dentro de curto prazo a Previdência, que já vem atuando nos campos, dinamizará sua atividade, servindo-se de órgãos do Ministério da Saúde, dos governos estaduais e municipais, bem como de instituições sem fins lucrativos, mediante convênios.

A unificação, medida lógica e arrimada na experiência universal, inspira-se sobretudo no bem-estar social. Deriva de um princípio trivial o de que «a união faz a força». Somando todos os recursos humanos e materiais dos antigos Institutos, a Previdência unificada proporcionará mais rápido, mais econômico e mais eficaz atendimento aos segurados e a seus familiares.

Inspirado ainda na experiência universal vitoriosa, que caracteriza o seguro de acidentes do trabalho como nitidamente social, o Governo não pode admitir a conciliação entre esse tipo de seguro e a privatização do seu lucro. Não é eticamente defensável, sequer, que o Governo crie uma obrigação social e permita, paralelamente, que uns poucos gozem do privilégio de usufruir vantagens com o infortúnio do trabalhador. Os resultados que se obtiverem, por inevitáveis, devem reverter em favor dos segurados, seja através de melhorias assistenciais seja prioritariamente em sistemáticos programas de prevenção de acidentes, que se recomendam pela sua finalidade humana. Esta é a lição

das democracias evoluídas. Êste é o objetivo que nesse campo se coaduna com o meu propósito, tantas vezes reiterado, de fazer do homem, no meu governo, o centro das decisões.

Asseverei, por mais de uma vez, que pretendia dividir com as associações de classe e a representação popular as grandes responsabilidades da elaboração legislativa no setor social trabalhista. Vou cumprir estas palavras, encaminhando ao Congresso, para amplo e autônomo debate, mensagem que consubstancie o pensamento antes expresso sobre o seguro de acidentes. Em sua soberana decisão, os legisladores saberão, com certeza, fazer a opção justa.

Já o Congresso aprecia mensagem do meu insigne antecessor sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.

Discursando perante as classes produtoras de Minas Gerais, aponte a participação como um dos instrumentos da justiça social e fiz um apelo cristão e democrático para que logremos compor um quadro livre de tensões, em que o operário encontre o lugar a que tem direito e o seu trabalho deixe de ser havido por simples contribuição material. Consagrada em nossa Constituição desde 1946, a participação não foi ainda disciplinada em lei ordinária. Idéia defendida enfaticamente pelo saudoso Papa João XXIII, em sua Encíclica «Mater et Magistra», a participação é tida como a garantia para constituição da empresa, que alia empregados e patrões na busca de objetivos comuns, dando-lhe nítido sentido cristão.

As classes produtoras brasileiras, já em janeiro de 1946 em sua «Carta de Paz Social», aceitavam pacificamente a idéia, sob a forma indireta, de criação de um «Fundo Social retirado dos lucros apurados em balanço, a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias e em assistência social geral. Isto, aliás, já é feito por considerável número de empresas do Pará ao Rio Grande, por iniciativa de empresários sensíveis à pregação cristã.

Reconhecendo, porém, tratar-se de matéria de difícil adequação prática, onde avulta a quase inexequibilidade de obter um sistema de mensuração de mérito do trabalhador, convém que o Congresso discuta até à saciedade a matéria. Eis que ao lado do tempo necessário à formulação segura de uma decisão justa — que, servindo ao trabalhador não descapitalize a empresa — a participação não é freqüente reivindicação dos trabalhadores, ao que parece mais voltados para a obtenção direta de melhores salários e mais favoráveis condições de trabalho nas empresas.

Esta é, nos seus lineamentos gerais, a diretriz básica da política trabalhista do meu governo. Ninguém, em sã consciência, poderá confundi-la com experiências anteriores nefastas, quando a busca da popularidade e a recompensa de apoio político foram os verdadeiros objetivos perseguidos, sob a capa de um humanismo insincero e falaz.

Ao referir-me, reiteradas vezes, ao homem «como o designio capital do próximo quadriênio», ao enfatizar que o homem não pode ser olhado pelo Governo como simples abstração numérica ou mero fator mecânico, quis e quero, com isso, marcar a tônica da minha administração.

Na área do trabalho, esse humanismo social está a serviço da conciliação de propósitos entre o Capital e o Trabalho. Os comunistas e seus aliados da esquerda negam essa possibilidade e, por isso, pregam a extinção das classes, para implantação da ditadura do proletariado. Os direitistas advogam a «paz romana», pois querem conciliar o Capital com o Trabalho esmagando os trabalhadores, negando-lhes o direito de defender suas causas, contendo-os numa legislação que os transforma em passivos espectadores do processo sócio-econômico.

Após a publicação da «Rerum Novarum», porém, os sindicatos foram reconhecidos como órgãos da sociedade de civil, partícipes normais da dinâmica democrática.

Não se olhem, pois, através de uma ética maliciosamente distorcida, ou contatos do Governo com os trabalhadores sob suspeição de prática demagógica. Caberia a malícia se o diálogo não se fizesse também, como se faz, com os empresários brasileiros, ouvindo-se-lhes os reclamos, os pleitos, as sugestões.

As leis hodiernas têm que considerar o «homem situado» e não o homem em-si, aberrantemente isolado, abstratamente considerado».

Asseguro a todos os que, com honestidade de propósitos, preocupam-se com o destino deste País que jamais consentirei em transigir com a demagogia ou ceder à irresponsabilidade, o que remergulharia a Nação no caos de onde a Revolução a retirou.

Aos que não têm honestidade de propósitos, aos agentes da agitação a serviço de ideologias extremistas ou na defesa de interesses pessoais, o Governo despreza, mas vigia.

Aos escravos da economia liberal, lembro que há já um século que o Mundo testemunhou a vitória de princípios morais sobre o pretenso direito absoluto do lucro.

Aos trabalhadores e empresários, ao renovar a minha saudação neste dia de tanto significado para o Mundo, reafirmo os meus propósitos inabaláveis de fazer do Governo um valioso instrumento da luta por construir uma ordem econômica e social assentada na justiça e no respeito sagrado aos direitos do homem.